

PODER LEGISLATIVO

CASA PEDRO JOSÉ DOS SANTOS

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

RELATOR – JOSELITO AMARO GOMES DA SILVA

MATÉRIA – PROJETO DE LEI N º 012/2025.

PARECER ao PROJETO DE LEI N º 012/2025, oriundo do CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, que dispõe sobre: ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FUNDAMENTAÇÃO:

Esta Comissão Permanente da Câmara Municipal de Vereadores de Sairé, Estado de Pernambuco, recebeu tempestivamente conforme normas regimentais vigentes, o **PROJETO DE LEI N º 012/2025**, encaminhado pelo **CHEFE DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL**, para legal e necessária apreciação do Poder Legislativo Municipal, a fim de após análise técnica seja emitido o **PARECER** necessário que lhe obriga para ser apreciado legal e constitucionalmente pelo Plenário deste Poder Legislativo Municipal.

Competendo regimentalmente a esta Comissão de Justiça e Redação se manifestar através de Parecer em todas as proposições submetidas ao Plenário desta Casa, para discussão e votação, dizendo da constitucionalidade, legalidade e sobre a redação das mesmas.

Em continuidade ao processo legislativo, uma vez decorrido o prazo regimental, foi à proposição encaminhada a esta **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**, para análise de seus aspectos constitucional, legal, nos termos do disposto pelo **Artigo 59, § I, II e III do Regimento Interno**.

O POVO É NOSSA FORÇA, SAIRÉ É NOSSA MISSÃO!

Página 1 de 5

PODER LEGISLATIVO

CASA PEDRO JOSÉ DOS SANTOS

ANÁLISE:

O projeto de lei de diretrizes Orçamentárias ora analisado, visa definir as regras e os compromissos que elaborarão a execução da Lei Orçamentária anual, para o exercício financeiro de 2026, sendo estruturado de modo a conter disposições acerca das metas e das prioridades da administração Municipal, a serem realizadas partindo-se de uma metodologia lastreada em princípios consagrados na Constituição Federal de 1988, e na Lei de Responsabilidade Fiscal, 2000

Deve-se apontar, primeiramente, que conforme previsão constitucional, a lei de diretrizes orçamentárias define, a partir do plano plurianual, as metas e prioridades da administração pública para o exercício subsequente, com o objetivo de orientar a elaboração e a execução da lei orçamentária anual.

Entretanto, não obstante o projeto conter as orientações para elaboração da lei orçamentária, as metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2026 foram apresentadas no presente projeto. De acordo com o artigo 4º, estas serão estabelecidas na Lei do Plano Plurianual e as suas revisões em cada exercício, que será encaminhada a este Poder Legislativo juntamente com a proposta orçamentária.

A apreciação do projeto de **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO**, pela **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAIÉ**, envolve a discussão e o aperfeiçoamento de instrumentos que moldam a peça orçamentária aos objetivos e programas delineados no **PLANO PLURIANUAL – PPA**, orientam a elaboração da proposta orçamentária e definem controles para a execução do orçamento, necessários para garantir a eficácia das diretrizes e metas definidas.



O POVO É NOSSA FORÇA, SAIÉ É NOSSA MISSÃO!

Página 2 de 5

PODER LEGISLATIVO

CASA PEDRO JOSÉ DOS SANTOS

Destacamos aqui, que a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, orienta a elaboração e execução do orçamento anual e trata de vários outros temas, como alterações tributárias, gastos com o pessoal, política fiscal, e transferências de recursos, além de estar simetricamente alinhada com o plano plurianual e os ditames da Lei Federal nº 4.320/64, que institui normas gerais do Direito Financeiro e a Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

CONCLUSÃO:

A proposta de diretrizes orçamentárias, exigência da Carta Magna Brasileira promulgada em 1988, deve conter as diretrizes que vão balizar a feitura da peça orçamentária para o exercício subsequente.

Neste instrumento, devem ser definidas ações, metas e prioridades para o orçamento municipal do exercício seguinte. Sua importância é fundamental porque serve de base para a elaboração do orçamento do Município, o qual estabelece como será aplicada a arrecadação financeira.

E no que diz respeito à organização das finanças públicas, assegurar patamares comuns para todos significa garantir que a arrecadação dos recursos (tributação) e a sua distribuição (orçamento) estejam orientadas à promoção da igualdade de direitos e da justiça social.

Assim, compete ao poder público assegurar a vigência dos direitos, mediante o estabelecimento de leis e políticas públicas que possibilitem o exercício pleno dos direitos individuais e coletivos.



O POVO É NOSSA FORÇA, SAIRÉ E NOSSA MISSÃO!

Página 3 de 5

PODER LEGISLATIVO

CASA PEDRO JOSÉ DOS SANTOS

Após todo o exposto, considerando a intenção do Executivo em priorizar ações que visem à redução das desigualdades sociais e à melhoria da qualidade de vida da população, as comissões subscritas emitem parecer favorável ao projeto, mas deixam para fazer a análise das metas e prioridades para 2025 quando essas forem apresentadas no Plano Plurianual a ser enviado a esta Casa.

Constata-se que a medida é de natureza legislativa e em obediência aos ditames constitucionais do Art. 165, inciso II e § da Constituição Federal, **Art. 124, inciso I, do § 1º da Constituição Estadual** de Pernambuco, com a redação dada pela Emenda Constitucional Nº 31/2028, no Art. 4º da Lei Complementar Nº 101/2000 e estando ainda de acordo com o **Artigo 59**, do já citado Regimento Interno, desta forma, em condições de ser aprovado no que diz respeito aos aspectos que cumpre a esta Comissão analisar.

Após devidamente instruído pelas Comissões, na forma Regimental, o projeto deverá ser incluído na pauta para a votação plenária.

Desta forma, resta clara e evidente que é competência do Poder Legislativo proceder a votação relativa a Diretrizes Orçamentárias LDO, conforme preconiza a legislação vigente, bem como nos termos da Lei Orgânica do Município, devendo ser observado a quantidade de votos para que se tenha a devida aprovação da deliberação, qual seja a de maioria dos membros da Casa de Leis.

Analísado detalhadamente por esta Comissão de Justiça e Redação ficou constatado que o aludido Projeto de Lei encontra-se de conformidade com os ditames constitucionais e legais pertinentes, bem assim com a sua redação correta.

O POVO É NOSSA FORÇA, SAIRÉ É NOSSA MISSÃO!

Página 4 de 5

PODER LEGISLATIVO

CASA PEDRO JOSÉ DOS SANTOS

Por fim, em cumprimento ao que estabelece a LRF, em seu artigo 48, em que elenca os instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, mediante incentivo à participação popular, foi realizada junto a Câmara Municipal der **Vereadores** de Sairé-PE, Audiência Pública das para apresentação e discussão das peças orçamentárias em trâmite na Câmara Municipal, incluindo a LDO – 2026.

Após todo o exposto, considerando a intenção do Executivo em priorizar ações que visem à redução das desigualdades sociais e à melhoria da qualidade de vida da população, assim sendo, não havendo óbices, *manifestamo-nos favoravelmente* pela a aprovação do **PROJETO DE LEI Nº 012, de 24 de julho de 2025**, pelo plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Sairé-PE.


ESTE É O PARECER.

**SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL
DE SAIRÉ**, em 05 de agosto de 2025.



Ednaldo Ferreira de Oliveira

Presidente da Comissão.



Joselito Amaro Gomes da Silva

Relator Comissão



Alexandra Rejane da Silva

Membro.